

Juan J. Linz, Arend Lijphart, Arturo Valenzuela e Oscar Godoy Arce (ed.) — Hacia Una Democracia Moderna. La Opción Parlamentaria, Ediciones Universidad Católica do Chile, Santiago, 1990, 190 páginas.

A reconstrução democrática do Chile, e a concomitante reflexão sobre a nova estrutura institucional, levou a Universidade Católica de Santiago do Chile a editar quatro ensaios sobre as grandes alternativas do sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo?

Uma questão que, no dizer autORIZADO de Juan Linz, tem merecido limitada atenção por parte dos cientistas políticos, mais empenhados em estudar sistemas eleitorais e sistemas partidários. Contudo, esta temática vai ganhando espaço, e a testemunhá-lo estão os ensaios aqui reunidos, entre os quais os famosos textos de Juan Linz e de Arend Lijphart, considerados já, e justamente, como dois textos clássicos.

O contraste fundamental aqui assinalado é o de que a grande maioria das democracias contemporâneas mais sólidas e estáveis são democracias parlamentares, enquanto os regimes presidencialistas, exceção feita para o norte-americano, revelam uma tendência para o autoritarismo e favorecem a crise das democracias, como o atestam muitas experiências na América Latina.

Numa altura em que, também entre nós, o semipresidencialismo que nos rege começa a ser questionado, este livro é de manifesto interesse para o público português, ao equacionar, por contraste, as implicações

que um e outro sistema têm na vivência das democracias.

MBC

J. Mozzicafreddo, J. Guerra, M. A. Fernandes e D. Quintela — Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local, Lisboa, Ercher, 1991, 157 páginas.

Trata-se de um estudo pioneiro de índole sociológica sobre o sistema político local ou municipal, baseado, por um lado, num inquérito a presidentes de câmaras e, por outro lado, num estudo de cinco casos de câmaras municipais, realizado em 1986 no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

Pretendeu-se, resumidamente, sob inspiração luhmaniana, «averiguar da capacidade do poder autárquico para escolher as decisões que influenciarão o desenvolvimento local ou, em oposição, a ausência do exercício do poder — o défice de poder —, quer relativamente à sociedade local, quer face à administração central».

O que mais caracteriza politicamente o poder local é o «presidencialismo municipal». O estudo começa por chamar a atenção para a tendência para a pessoalização do poder e para a profissionalização dos autarcas, que, por sua vez, pertencem maioritariamente aos estratos mais instruídos e de mais elevados rendimentos. Por outro lado, assinala a importância das associações locais — designadamente desportivas e culturais — como vias de acesso preferenciais a cargos políticos municipais, a que não corresponde igual influência no processo de tomada de decisões. Por isso se

fala de autofechamento dos autarcas em relação aos grupos sócio-económicos e às associações locais.

Apesar da crescente descentralização jurídica do poder para as autarquias, operada a partir da instauração da democracia e da nova Constituição de 1976, cuja evolução se analisa, as autarquias continuam a depender grandemente, sobretudo em termos financeiros, do poder central. Da maior capacidade financeira das autarquias depende, com efeito, a sua maior autonomia do poder central e a sua capacidade de definir modelos de gestão e de desenvolvimento local.

Ora a gestão autárquica, que se decide entre a preocupação de satisfazer as exigências dos eleitores locais e a necessidade de reduzir despesas e racionalizar recursos, tem sido muito mais uma gestão corrente e funcional, procurando responder às expectativas mais imediatas das populações locais e às suas exigências de melhoria de condições de vida do que uma gestão inovadora. Daí que centrem a sua actuação na criação de infra-estruturas e de equipamentos sociais vários (urbanismo, rede viária, saneamento básico) e pouco ainda no desenvolvimento económico e industrial local. Para isso contribui a débil organização local dos interesses sociais, que os torna capazes de serem assumidos como parceiros e interlocutores dos autarcas. A gestão autárquica caracteriza-se por um diminuto leque de opções e, por isso, por um défice de poder.

Se este tipo de gestão, centrado nas respostas a solicitações imediatas, contribui fortemente para a le-

gitimação do regime democrático local, parece revelar-se, até hoje, incapaz de uma acção mais integrada e de maior prazo em favor do desenvolvimento local, que obrigaria a uma maior abertura à sociedade local, interpelada não apenas através das formações partidárias e das associações colaterais, mas também das forças sociais locais, cuja organização é incipiente, não só através de um relacionamento individual e institucional com os municípios, mas também através de mecanismos públicos e associativos de consulta e cooperação das decisões camarárias.

O demasiado autocentramento e instrumentalidade da gestão autárquica, a excessiva partidarização da vida local e a menor importância atribuída aos grupos sócio-económicos impedem a gestão autárquica de assumir modelos que equacionem o desenvolvimento da sociedade local como prioritário e contribui eventualmente para um alastramento da abstenção eleitoral local e para uma diminuição da participação local.

A legitimidade autárquica tem por isso visto crescer a importância dos critérios processuais, nomeadamente eleitorais, e diminuir a procura de integração dos cidadãos nas lealdades aos valores associativos e participativos.

O futuro do poder local, e a sua capacidade de promover o desenvolvimento local, depende, assim, da maior autonomização da administração central, em termos de capacidade financeira, técnica e política, de maneira a poder abrir-se mais à sociedade local, sem preocupações apenas imediatas, e à expressão or-

ganizada dos seus interesses sociais de modo eficaz, de molde a ampliar também, mediante a sua cooperação para as decisões, a própria legitimidade.

MBC

O Desafio do Sul — Relatório da Comissão Sul, Ed. Afrontamento, Lisboa, 1990.

A luta para vencer a pobreza e melhorar as condições de vida dos três quartos da população mundial que vivem nos países em vias de desenvolvimento — o chamado Sul — é o tema deste relatório elaborado pela Comissão Sul*.

Nele são examinados os actuais níveis de desenvolvimento dos países do Sul, avaliadas as suas realizações, analisados os seus fracassos e apresentadas linhas de orientação para o futuro.

A Comissão Sul executou o seu trabalho nos últimos anos de uma década que devastou os países em vias de desenvolvimento e causou sérias e generalizadas privações.

O relatório descreve a forma como os mecanismos mundiais do comércio, das finanças e da tecnologia prejudicam o Sul e mostra como a maioria dos países em vias de desenvolvimento continuam a debater-se com uma infinidade de problemas que impedem o seu desenvolvi-

to, com destaque para o incomportável peso da dívida externa, para as elevadas taxas de juro, para os baixos preços das matérias-primas, para o crescente protecçãoismo praticado pelos países do Norte e para as transferências perversas de capitais do Sul para o Norte.

Apesar desta situação, o relatório exprime um voto de confiança no futuro e defende convincentemente a adopção de estratégias de desenvolvimento auto-sustentado e centrado nas populações. Sublinha que o sucesso destas estratégias dependerá não apenas de melhores resultados económicos, mas também de outras condições não geralmente consideradas como factores de desenvolvimento, onde ressaltam o respeito pelos direitos humanos, a observância das normas democráticas e a participação popular. A luta contra a corrupção e contra o militarismo é apresentada como uma condição fundamental para o êxito do desenvolvimento no futuro. A intensificação da cooperação mútua é igualmente considerada como um factor da maior importância para o reforço do poder negociador dos países do Sul, o que é vital para o seu desenvolvimento.

Finalmente, o relatório encara a crescente interdependência entre todos os países do mundo, nomeadamente com vista à resolução de certos problemas novos, tais como o «ambiente» e a «droga», como uma forma privilegiada de encontrar novos caminhos que hão-de permitir aos países do Sul vencer o círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento.

* A Comissão Sul é constituída por personalidades independentes e altamente qualificadas oriundas de países do Sul. A sua formação foi anunciada na 8.ª cimeira dos países não alinhados, realizada em Harare, em Setembro de 1986. O secretariado da Comissão começou a funcionar em Genebra, com o apoio do governo suíço, em 1 de Agosto de 1987.